

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 35/2014**

Período: 27/09/2014 – 03/10/2014

GEDES – Brasil

- 1- Forças Armadas são mobilizadas durante as eleições de 2014
- 2- Militares da reserva assinaram manifesto em repúdio ao ofício do ministro da Defesa encaminhado à Comissão Nacional de Verdade
- 3- Novas comissões devem continuar os trabalhos iniciados pela Comissão Nacional da Verdade
- 4- Caça F5 participou de apresentação aérea em São Paulo
- 5- Supremo Tribunal Federal suspendeu ação contra militares no caso Rubens Paiva
- 6- Exército e Marinha auxiliam na contenção da violência no Complexo da Maré

1- Forças Armadas são mobilizadas durante as eleições de 2014

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, cerca de 30 mil militares reforçaram a segurança de aproximadamente 200 municípios durante as eleições de 2014, ocorridas em 05/10. Segundo o *Correio*, o número representa quase o dobro do efetivo utilizado nas eleições de 2010, e foi requerido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As Forças Armadas atuaram em Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), objetivando viabilizar a normalidade da votação e apuração das eleições, principalmente em locais de difícil acesso. De acordo com o periódico, estados do Norte e Nordeste são o que mais solicitaram efetivos militares, sendo que, somados, os estados do Piauí, Pará e Rio Grande do Norte representam 75,6% das localidades que requisitaram apoio federal. O único estado fora dessas duas regiões que irá receber apoio das Forças Armadas é o Rio de Janeiro, onde estavam prevista a atuação dos militares em 15 comunidades do Complexo de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. O *Correio* afirmou que as Forças Armadas poderão efetuar a prisão de pessoas flagradas cometendo atos ilícitos durante as eleições, como campanhas em “boca de urna”, mas que o deslocamento desses deve ser realizado pela Polícia Militar. O *Estado* ressaltou a ação dos militares em áreas de difícil acesso, como por exemplo o transporte de eletrônica à ilha oceânica da Caçoeira, no litoral do estado do Maranhão. Um oficial da Marinha apontou que “a missão mais complexa talvez seja a de chegar ‘aos fundos do Brasil’”, e lembrou o esforço para transportar material eletrônico e funcionários a pontos da Amazônia em 2012. O jornal ressaltou que recursos de alta tecnologia poderiam ser utilizados neste tipo de operação pela primeira vez, como o uso de drones, e afirmou que o Estado Maior Conjunto da Defesa acompanharia informações de todas as regiões do país através do Centro de Operações Conjuntas, na capital federal, Brasília. O TSE, por sua vez, teria acesso aos dados em tempo real através do Centro Integrado de Controle e Comando, o que, segundo o jornal, representa um legado da Copa do Mundo. (*Correio Braziliense* – 27/09/14; *O Estado de S. Paulo* – Política – 30/09/14)

2- Militares da reserva assinaram manifesto em repúdio ao ofício do ministro da Defesa encaminhado à Comissão Nacional de Verdade

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, um manifesto de repúdio ao ofício encaminhado pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, à Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi divulgado no dia 26/09/14. Amorim havia afirmado que as Forças Armadas não podem negar violações aos direitos humanos ocorridas durante o regime militar (1964-1985). O manifesto, que foi assinado por um grupo de 27 generais da reserva do Exército e antigos comandantes de importantes unidades militares do Brasil, defendeu que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica não devem desculpar-se “pelos crimes cometidos no período”, uma vez que os militares salvaram o Brasil e por isso não devem pedir desculpas. Os militares afirmaram que viveram “em uma época de conflitos fratricidas, na qual erros foram cometidos pelos dois lados” e que jamais aprovaram “qualquer ofensa à dignidade humana”. Segundo a *Folha*, o documento aponta que a violência presente no país durante o regime militar foi iniciada pela esquerda armada e que a CNV “açula” as instâncias militares ao investigar apenas os crimes cometidos pelo Estado. *O Estado* afirmou que, no manifesto, os militares declararam que não desejavam os embates entre os dois lados e que não se pode esquecer momentos como o atentado no Aeroporto de Guararapes, quando 16 pessoas morreram em decorrência de uma bomba colocada no local onde o avião do então presidente da República, Artur da Costa e Silva, deveria pousar. Os militares ressaltaram que a Lei da Anistia (1979) está em plena vigência no país, mas que a CNV insiste em desconsiderá-la, fazendo com que a credibilidade da comissão vá “gradativamente se esgotando pelos inúmeros casos que não consegue solucionar, tornando-se tão somente um verdadeiro órgão depreciativo das Forças Armadas”. No documento, os militares afirmaram ainda que “falsidades, meias-verdades, ações coercitivas e pressões de toda ordem são observadas a miúdo, e agora, de modo surpreendente, acusam as Forças Armadas de não colaborarem nas investigações que, em sua maioria, surgem de testemunhas inidôneas e de alguns grupos, cuja ideologia é declaradamente contrária aos princípios que norteiam as nossas instituições militares”. Os autores do manifesto justificaram que os militares da ativa não podem fornecer declarações políticas, mas que os da reserva o podem fazer e “têm justos motivos para replicarem com denodada firmeza’ para que não pareça estar em vigor o famoso ditado ‘quem cala consente’”. De acordo com *O Estado*, o documento endossou a declaração do ex-comandante militar da Amazônia, general da reserva Augusto Heleno, de que as Forças Armadas em nenhum momento reconheceram a tortura ou pediram desculpas e que o pedido veio apenas de Amorim. Segundo o periódico, a presidenta da República, Dilma Rousseff, apresentou irritação ao ser questionada acerca do manifesto e declarou que “quem não quiser pedir (desculpas), que não peça”. Segundo o periódico, o governo quer evitar polêmicas referentes ao tema em período de eleições e, por isso, adiou para o final do ano de 2014 a conclusão do relatório final da CNV. O coordenador da Comissão, Pedro Dallari, criticou o manifesto e afirmou que os militares “partem de premissas erradas” e confundem propositalmente a questão da Lei da Anistia com as atividades da CNV e que o documento é uma reação às cobranças feitas pela Comissão para que as Forças Armadas reconheçam as violações cometidas durante o regime militar em suas instalações. Dallari declarou que os militares seriam mais “úteis” se ao invés de negarem os fatos, ajudassem a colocar as Forças Armadas “em sintonia com os

sentimentos da sociedade brasileira, que hoje demanda transparência e prestação de contas dos órgãos públicos”. (Folha de S. Paulo – Poder – 27/09/14; O Estado de S. Paulo – Política – 27/09/14)

3- Novas comissões devem continuar os trabalhos iniciados pela Comissão Nacional da Verdade

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, novas comissões devem continuar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo relatório final está previsto para o dia 10/12/2014. De acordo com *O Estado*, existe um movimento político para a manutenção de outras comissões, a fim de estimular as investigações e o debate acerca dos crimes ocorridos durante o regime militar (1964-1985). Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem 13 comissões em funcionamento na Câmara de Vereadores, universidades, sindicatos e outras instituições. De acordo com o jornal, a recente inauguração da Comissão da Verdade da Prefeitura Municipal de São Paulo é um dos indicadores da continuidade dos trabalhos iniciados pela CNV. A Comissão da Prefeitura é a primeira a ter caráter executivo, que garante a seus integrantes acesso a toda a documentação existente na Prefeitura sobre o período investigado. Segundo o titular da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Rogério Sottili, “é fundamental continuar a busca da verdade em todo o País. Isso não tem tempo para começar ou acabar”. (O Estado de S. Paulo – Política – 28/09/14)

4- Caça F5 participou de apresentação aérea em São Paulo

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 28/09/14 um caça modelo F5-EM da Força Aérea Brasileira (FAB) realizou três voos rasantes no Campo de Marte, na cidade de São Paulo, em apresentação durante o Domingo Aéreo, evento com exibição de aeronaves e paraquedismo. Segundo a *Folha*, as aeronaves F5 foram modernizadas e atualmente chegam a uma velocidade maior que a do som, sendo utilizadas na defesa das fronteiras do Brasil. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/09/14)

5- Supremo Tribunal Federal suspendeu ação contra militares no caso Rubens Paiva

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, suspendeu a ação penal contra cinco militares – José Antonio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Raymundo Ronaldo Campos, Jurandyr Ochsendorf e Jacy Ochsendorf – acusados de envolvimento na morte e desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva durante o regime militar (1964-1985). De acordo com a *Folha*, a defesa dos militares alegou que a Lei da Anistia (1979) impede a abertura do processo criminal e ressaltou que a necessidade de prestar depoimentos causaria “desgaste físico e emocional” aos militares idosos e “com graves problemas de saúde”. O jornal destacou que a decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro, ao considerar os delitos praticados durante o regime militar como crimes contra a humanidade e, portanto, não perdoados pela Lei da Anistia, fora inédita. No entanto, segundo *O Estado*, Zavascki considerou que a abertura do processo seria “incompatível” com decisão tomada pelo STF em 2010, a qual reconheceu

a validade da Lei de Anistia. Como consequência do despacho, os depoimentos agendados para as próximas semanas não acontecerão e o caso será enviado ao Ministério Público Federal. De acordo com a *Folha*, espera-se que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, envie parecer favorável à continuidade da ação contra os militares, visto que recentemente se declarou favorável à revisão da Lei da Anistia. (Folha de S. Paulo – Poder – 30/09/14; O Estado de S. Paulo – Política – 30/09/14)

6- Exército e Marinha auxiliam na contenção da violência no Complexo da Maré
Conforme publicado nos periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Exército e a Marinha têm atuado para conter a violência desencadeada por disputas entre facções de traficantes no Complexo de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a *Folha*, os militares, que participam do processo de pacificação do Complexo com a Polícia Militar desde o dia 05/04/14, afirmaram que há “crise na ocupação”. De acordo com *O Estado*, com a onda de tiroteios, os militares fizeram incursões no conjunto de favelas e, no dia 01/10/14, houve três confrontos no Complexo. Além disso, tanques foram utilizados pelos militares para auxiliar no policiamento e bloqueio de vias na região. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/10/14; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 02/10/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura MeneghimDonadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)